

ENSAIO

Sobre a cracolândia, mais uma vez

About cracolândia, once again

Taniele Rui¹

Resumo

Baseado em uma experiência de pesquisa e estudos sobre a Cracolândia ao longo de 15 anos, este breve texto apresenta algumas reflexões acumuladas sobre usos do crack e circulação de usuários por equipamentos urbanos de controle e cuidado, a partir de três pontos: 1) breve histórico da área estigmatizada como cracolândia; 2) conceitualização da ideia de territórios existenciais e resistências corporais e finaliza com 3) uma reflexão mais ampla sobre outros cuidados.

Palavras-chave: Cracolândia, territórios existenciais, práticas de cuidado.

Abstract

Based on experience of research and studies in the area known as cracolândia over 15 years, this brief text presents some accumulated reflections on the uses of crack and the circulation of users through urban control and care services. I essay 3 points: 1) brief history of the area stigmatized as cracolândia; 2) conceptualization of the idea of existential territories and resistance and, at the end, 3) a broader reflection about other care practices.

Keywords: cracolândia, existential territories, care in practice.

Conheci a área estigmatizada como cracolândia entre 2009 e 2012, acompanhando o trabalho da ONG É de Lei para realizar a pesquisa que resultou na minha tese de doutorado e, depois, no livro *Nas Tramas do crack: etnografia da abjeção*¹. Entre 2015 e 2016, fui uma das coordenadoras da pesquisa de avaliação sobre o Programa De Braços Abertos, financiada pela Open Society e disponível no site da Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas². Durante a pandemia, em 2020, em parceria com a Defensoria Pública, realizamos um conjunto de entrevistas com trabalhadores e pessoas atuantes na região para entender o que já identificávamos como um desmonte das políticas públicas para a área, que se refletia na desassistência às pessoas que estavam à deriva na Praça Princesa Isabel – esta parceria se consolidou na produção do relatório Operação Cachimbo³.

Além de produzir pesquisas próprias, me tornei, nesse tempo, uma professora universitária, que acompanhou, avaliou, e, sobretudo, viu nascer muitos ótimos

trabalhos sobre a área. Sim, este é um ponto que, de partida, precisa ficar evidente: a cracolândia não é um tema desconhecido, que carece de conhecimento. Ao contrário. Há muita produção sobre a área, realizada por jornalistas, acadêmicos e pessoas em diferentes fases de formação, mas também por funcionários que trabalharam nos programas ali existentes e por ativistas que desenvolvem ações no local. Essa crescente qualificação do conhecimento é bastante heterogênea e parece ser ignorada pelo poder público. Por isso, é preciso falar, mais uma vez, sobre o tema.

É importante evidenciar essa imensa produção, por três razões: 1) porque considero, junto com as tentativas de fazer sumir essa população da área central, estar em curso tanto o extermínio de uma memória sobre essa produção, quanto a criminalização de coletivos atuantes na região; 2) porque, como escreveu Tiago Amparo (2022)⁴, na coluna “o bague-bague na cracolândia” na Folha de SP, é praxe dizer que a questão da cracolândia é complexa, mas a verdade é que há muita gente implicada nesse debate e caminhos bastante testados, estudados e internacionalmente conhecidos e 3) porque essa produção, que documenta

¹ Taniele Rui (tanieler@unicamp.br) é professora do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH-Unicamp).

a prática sistemática de violação de agentes de Estado, será um dia útil na promoção de uma política reparatória. Há que se escrever sobre ela, portanto, quantas vezes for necessário.

Conto essas experiências e adianto esta perspectiva para situar de onde escrevo: acompanhei diversos momentos, diversas escalas da questão e é desse acompanhamento, que considero de longa duração, mas informado pela produção sobre a área, que aqui contribuo com uma contextualização do fenômeno, apresentando algumas reflexões soltas, ainda que acumuladas, sobre o tema.

Breve contextualização

A cracolândia constitui-se como uma territorialidade estigmatizada em fluxo. É constituída de pessoas, em sua maioria, pobres, negras que, com suas movimentações, transportam consigo tal territorialidade pelas ruas do centro da maior metrópole da América Latina. Essa territorialidade já completa três décadas, mas é sobretudo a partir dos anos 2010 que se torna um problema público que extrapola sua localidade e que passa a ser objeto de atenção midiática, de gestão governamental, de disputa política e de grandes controvérsias urbanas. Recuperar bem brevemente essa história é o que faço na primeira parte desse texto.

O ano de 2012 é chave nessa história. Naquele ano, pela primeira vez a tentativa de reduzir ou zerar o faturamento dos mercados ilegais ali operados se realizou em grande escala, na primeira grande operação policial de desconcentração territorial. Essa Operação foi chamada, a depender de quem enuncia, Sufoco ou Dor e Sofrimento. Como bem demonstrou Tais Magalhães⁵ (2015), foi a partir dessa Operação que a Cracolândia ganhou outra escala, se tornou um campo de batalhas e de ação inédito nas agendas das políticas municipais, estaduais e mesmo federais. Depois daquele ano, novos atores públicos passaram a frequentar e atuar sobre a área. Dentre eles, destaco a Defensoria Pública, exemplar desde então em efetivar direitos a essa população.

Entre 2013 e 2016, os programas De Braços Abertos (da prefeitura de Fernando Haddad) e Recomeço (ainda o programa estadual de política de drogas do governo do Estado) concentraram – e disputaram – os esforços de ação do poder público para a área. Quem andava nesse período pelas ruas Dino Bueno e Helvétia, e como atestam vários trabalhos do período,^{6,7} podia ficar embasbacado não só com as edificações dos equipamentos uma em frente da outra, como podia atestar a presença de uma infinidade de funcionários dos programas, das mais diversas secretarias e pastas públicas.

Se no plano mais amplo havia uma disputa entre governo e prefeitura, é preciso dizer que, no plano das práticas, funcionários que se intitulavam “sem ternos”, subvertendo a dinâmica dos gabinetes, conversavam, trocavam reflexões sobre atenção e encaminhamento de casos nos territórios, bem como promoviam ações de promoção à saúde e à cidadania, incorporando o direito à convivência comunitária, ao uso da cidade, à diversão. Além disso, havia um esforço de produção e capacitação efetiva da rede socioassistencial, por meio da realização e produção de um fórum intersetorial que articulava trabalhadores de diversas secretarias atuantes no território.

Aos tantos funcionários, somavam-se militantes, pesquisadores, comerciantes, moradores da região, lideranças locais, jornalistas, equipes de filmagens, coletivos religiosos – católicos, batistas e neopentecostais. As forças policiais também estavam no território, e destacamentos da Guarda Civil Metropolitana (GCM) chegaram inclusive a receber formação em redução de danos, havia uma inspetoria de Redução de Danos. Nessa configuração, o chamado fluxo, onde se desenvolvia o mercado e o consumo de crack, mas também onde corria a vida dos que ali estavam, não era um lugar impenetrável. Esse é o período áureo das ações e intervenções na região, também um período de muita produção de conhecimento sobre a área.

Em 2017, outra Operação Policial violenta inaugurou as ações do então prefeito João Dória na região. As tecnologias se aprimoraram: à dispersão de dezenas de pessoas pelas vias centrais da cidade, conformando

pequenos agrupamentos que se fixavam em territórios adjacentes, foi combinado o direcionamento de forças policiais militarizadas com fins de concentrar e cercar as pessoas em espaços circunscritos, fazendo o fluxo orbitar em torno de si mesmo. Essa Operação deu início a um processo acelerado de transformação urbana. A violência transbordou dos que estavam na cracolândia e passou a atingir todos os moradores daquele entorno. A promoção de uma política de terra arrasada possibilitou o início do projeto acelerado de modificação da área e, nesse aspecto, o redirecionamento de pessoas pelas ruas do centro de SP funcionou, em parte, aos projetos imobiliários emergentes. Não me esqueço de um pesquisador que, ao ver a velocidade das construções, comentou: “agora a cracolândia vai mudar de lugar, a paisagem urbana tem muita força”. E, de fato, isso aconteceu.

Mesmo com decisões judiciais contrárias, a prefeitura de São Paulo removeu a população que ali morava e trabalhava, esvaziando dois quarteirões inteiros, repletos de moradia, comércios, pensões e hotéis – processo detidamente acompanhado pelos trabalhos do Mundaréu da Luz (<https://mundareudaluz.wordpress.com/>) e do LAB cidade^{8,9}. Nesse período, as tentativas de “fazer sumir” essa população se amplificaram. Havia desconcentração, mas havia também, em grande escala, internações em comunidades terapêuticas, hospitais gerais, incriminações em presídios e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTPs), além de compra de passagens para retorno às cidades natais. Também aí, coletivos políticos como a Craco Resiste se criam e se tornam atores importantes na produção de dados, imagens e levantamentos sobre a reconfiguração do território, bem como atores que, inclusive com seus corpos, ofereceram escudo, proteção e apoio político aos que ali viviam⁹. Outros, como o Coletivo Tem Sentimento e o Projeto Birico, nasceram ofertando possibilidades de geração de renda.

No âmbito das políticas da prefeitura para a área, o que efetivamente se viu foi o desmonte dos equipamentos e serviços de assistência e proteção. A transformação urbana ocorreu junto com o desmonte

das ações públicas. A prefeitura acabou com o Programa De Braços Abertos e instaurou o Redenção. Entre a transição de um a outro programa, muita coisa aconteceu: funcionários relataram que perderam acesso ao sistema de acompanhamento dos beneficiários, os trabalhadores que não foram demitidos ficaram sem supervisão, largados, adoecidos, pairou uma névoa de incertezas sobre a continuidade dos serviços¹⁰ e, o mais importante, perdeu-se a vinculação com lideranças do fluxo. Acabou a rede criada por anos. E, como contou uma trabalhadora, “como a rede, as pessoas foram sumindo”, o trabalho foi ficando mais difícil. “O que passou a existir foi uma clínica da borda”, disse outra entrevistada, em referência aos profissionais que ficavam na fronteira, mas deixaram de acessar o fluxo. Seus corpos eram a sinalização última e frágil do atendimento.

Com serviços e equipamentos construídos a toque de caixa, o território foi se tornando mais hostil. A esse processo, adensado pela pandemia de covid-19, se desenrolou uma “guerra infraestrutural”, termo utilizado por Achille Mbembe (2018)¹¹ em seu ensaio “Necropolítica” para pensar os processos de produção da impossibilidade da vida por meio da destruição das infraestruturas que tornam as relações sociais possíveis: banheiro, água, comida. Tudo foi minguando.

Os efeitos da violência na (não) produção de políticas de cuidado ficou expresso: a violência policial colocou uma urgência na pauta política, e a urgência minou a própria possibilidade de construção da política. Como disse um interlocutor, a pauta se reduziu a evitar a violência policial, reduzindo também a participação política e a construção coletiva de propostas mais interessantes para a cidade e para esses sujeitos.

Fazer esse breve apanhado é importante, pois é preciso dizer várias vezes que a situação atual é resultante de um processo de desmonte de políticas, de desmanche de uma rede de pessoas e trabalhadores articulados, e da ampliação da violência para todo o centro da cidade. Quem andar pelo centro de São Paulo hoje se deparará com diversas concentrações de pessoas em torno do crack.

Sob a gestão de Ricardo Nunes, parte do chamado *fluxo* se movimenta conforme ouve barulhos de bombas ou é agredido/deslocado pelas forças de segurança. Migrando em torno de si mesmas, as pessoas são expostas à vigilância constante e são alvos frequentes de operações policiais. Todos ali – inclusive os agentes públicos – compartilham de experiência extremamente violenta e desumanizadora. O estudo sobre a Operação Caronte realizado pela Defensoria Pública³ mostrou que mais de 500 pessoas foram detidas para averiguação no intervalo de dois meses entre agosto e outubro de 2022.

Essa detenção em massa exemplifica como a possibilidade de prisão se tornou parte da gestão contemporânea do “problema público” que transformou a cracolândia. O conflito é latente, acalorado; tem o centro de São Paulo como fundo da disputa e também como uma das vítimas dessa escalada de violência. Moradores, comerciantes, usuários, todos foram instados a conviver de modo tenso, e a frequente sensação de uma questão irresoluta¹² paira e paralisa, por vezes, o debate sobre o tema.

Territórios Existenciais e Resistências Corporais

Está em curso a ampliação de táticas de esgotamento e precarização da vida nas ruas, com o objetivo de, mediante tais táticas, fazer desaparecer essas pessoas do centro da cidade de São Paulo. No entanto, como se sabe, o número de pessoas nas ruas de São Paulo só tem crescido, e a cracolândia, ora mais dispersa, ora mais concentrada, resiste às tentativas de extinção.

Falar da cracolândia, do consumo de crack em situação de rua, em cena de uso aberto, é falar da pobreza urbana e da estrutura racista da sociedade brasileira. Se há uma história localizada, compreendê-la com lentes mais ampliadas implica alcançar a quantidade enorme de pessoas vivendo em condições subalternizadas, criminalizadas por serem pobres e negras, tendo seus horizontes e perspectivas rebaixados em uma longa história transgeracional.

Há tempos escrevo, com Fabio Mallart¹³, que a cracolândia compõe o circuito da população mais

precarizada e criminalizada da cidade, que compreende também instituições como comunidades terapêuticas, albergues, prisões, hospitais de custódia e tratamento judiciário e, para bem compreendê-la, é preciso produzir “etnografias das transversalidades urbanas”¹³. Isso implica pensar que elas são compostas de pessoas que passam suas vidas cruzando e transitando por essas instituições. Não faltam exemplos.

Recentemente, em outubro de 2023, realizamos um trabalho na ala materno-infantil da Penitenciária Feminina da Capital. Ali conhecemos Samara, que, grávida, veio presa da região da cracolândia. No dia do nosso encontro, ela estava muito apreensiva, pois conseguira o alvará de soltura. E a saída breve se tornou uma fonte de angústia, já que implicaria deixar sua bebê em acolhimento institucional. Enquanto nos contava, ela dizia o quanto o cuidado com o bebê lhe deu ânimo de vida, e temia como ficaria sem ele. Algumas semanas depois, tivemos notícias de que ela voltara à cracolândia. Circulações como essa promovem fissura, rompimento biográfico, feridas que não curam. A história de Samara não é uma exceção. Cada pessoa ali tem a sua história de trânsito, de sofrimento, de busca. Encontram no centro da cidade um refúgio, paradoxalmente um descanso.

A situação é um tanto paradoxal: bota-se para circular por instituições de controle pessoas que não têm para onde ir; querem fazer sumir pessoas que só contam com o próprio corpo. E talvez o que emerge e incomoda é também aquilo que é a potência dessa territorialidade: a resistência aos processos de extinção, sobretudo a potência dessas vidas, os desafios que colocam aos poderes estabelecidos. As pessoas ali resistem territorial e corporalmente, se fortalecem estando/se movendo juntas.

A conferência de Judith Butler (2014)¹⁴ “Repensar a Vulnerabilidade e a Resistência”, proferida durante Simpósio da Associação Internacional de Filósofas, tem me inspirado a (re)pensar as relações entre vulnerabilidade e resistência. Para ela, a vulnerabilidade é parte do significado da resistência como ato corporal; o que lhe interessa é a resistência à vulnerabilidade, as formas de resistência para fazer valer uma existência.

Nesse aspecto, vulnerabilidade não é nem plenamente passiva, resistência não é plenamente ativa, mas operam ambas numa região intermediária.

Inúmeras vezes tematizei a questão da cracolândia a partir da ideia de resistência territorial, a insistência coletiva em ficar, em sedentarizar, quando todo o esforço da ordem é fazer circular, desterritorializar. Mas a aceção de Butler chama a atenção para ambivalência em termos também da resistência corporal. Seu exemplo é bom para adensar essa ideia: uma travesti na rua às duas horas da manhã. Há algo mais vulnerável que isso? Há algo mais poderoso que isso? Esse ato de simplesmente andar, quando tudo induz a se esconder, é, ao mesmo tempo, vulnerabilidade e resistência, pode estar sujeito à violência, mas também se recusa a ser tão somente subjugada a essa violência.

Também tem me inspirado a leitura que Vera Telles¹⁴ (2017) fez em comentário aos 40 anos de Vigiar e Punir. Ela lembrou a última frase do livro:

Nesta humanidade central e centralizada, efeito e instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de encarceramento, objetos de discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, temos que ouvir o ronco surdo das batalhas (Foucault 1997, p. 254).¹⁵

Telles retoma e centra sua atenção no “ouvir o ronco surdo das batalhas” para não reificarmos o poder e para não fazer da resistência tão somente uma ideia retórica, a velha fórmula daquilo que resiste ao poder. Ela, com Deleuze, está interessada no “ponto intenso das vidas”, em que as pessoas concentram suas energias, se debatem e tentam escapar às armadilhas do poder – algo que surge da infelicidade de suas histórias, de seus ódios, de seus rancores, de suas raivas, de suas loucuras, de sua embriaguez e – por que não dizer? – de seus “baratos”. É aí que é possível introduzir a noção de liberdade no coração das relações de poder, atentando-se para os momentos em

que este parece ridículo ou mesmo para os momentos em que “os poderes nada mais podem”.

É precisamente o que me interessa, cada vez mais: atos minúsculos, ínfimos, que desafiam o estabelecido, que introduzem, pelas frestas, a autodeterminação, o domínio último sobre suas vidas. Uma história, contada na dissertação de Thais Dias (2019)¹⁶, ilustra melhor o que quero pontuar.

O drama se dava em torno de uma mulher que estava em trabalho de parto na rua e usava crack durante toda a tentativa do SAMU em retirá-la da cena de uso. Taís, que era também médica do Consultório na Rua, depois se lembra de uma conversa que haviam tido uma semana antes. A mulher indagou-lhe se poderia ser anestesiada durante o parto. Contou que a preocupação não era sentir dor, mas dormir, apagar, pois não queria ver o filho nascer: “*é muito ruim nascer, a gente ver chorar e depois ter que dar*”. O consumo de drogas durante o trabalho de parto era sua tentativa última, autodeterminada, de produzir o anestesiamento frente a uma situação muito traumática? Que poder pode com uma decisão como essa?

Desenvolvi três ideias até aqui: 1) é gente demais vivendo em condições muito profundas de pobreza e adoecimento mental, atravessadas de ponta a ponta pelo racismo estrutural e institucional; 2) estar vulnerável e resistir não são posições distintas, mas disposições corporais ambivalentes; 3) há que se dedicar atenção aos “riscos surdos”, aos atos de fuga e às lutas travadas por autodeterminação e liberdade, mesmo que em situações limites, bastante extremas.

Mas há mais. Erick Araujo¹⁷ escreveu acerca de um fio:

phylum, no qual, desde a experiência da escravidão, as pessoas negras criam e recriam sua própria existência em um meio que lhe impõe impossibilidades. Assim, a transformação do pátio da senzala em terreiro de samba, candomblé e jongo é um acontecimento, uma criação de vida em um campo devastado, que ao se atualizar guarda algo que logo será atualizado em

novo acontecimento: do terreiro aos quilombos, às ruas, aos cortiços, às favelas, às ocupações urbanas (...). Parece haver, mesmo que por um traçado fino, uma linha, um phylum, que conectam essas ruas que passam a exprimir a experiência negra, ou seja, tornam-se componentes de territórios existenciais. (p.112-113).

Araujo¹⁷ (2017) bem nota que a existência de um território negro não se limita ao fato de que a maioria das pessoas é negra, mas implica uma genealogia com territórios existências e práticas de aliança e resistência. “Um quilombo urbano”, na proposição de Amanda Amparo¹⁸ (2021), trazendo a premissa de um território que se constitui pelas relações que ali se formam.

Da soma de perspectivas aqui apresentadas, a vida de quem está nas ruas também já se apresenta outra. Não pode ser traduzida e descrita unicamente pela ausência, pela falta, pela desolação; nem tão somente pela ideia de uma sobrevivência resistente a tantas forças de eliminação. A produção de territórios existenciais faz escapar a ideia de que a rua é feita para passar; ela torna-se um lugar de estar, de se divertir, de criar, de viver junto. Torna-se espaço de acolhimentos e de afetos sem, entretanto, se confundir com a fixidez das lógicas da casa, da família, do trabalho; sem, contudo, ignorar os fatores expulsivos e a violência. Essas territorializações criadas demandam a expansão dos protocolos de atuação; demandam novos olhares, demandam a (re)invenção do cuidado.

Outros modos de cuidar

Gini é uma mulher de 45 anos, que foi mãe de quatro filhos, dos quais não possui mais custódia de nenhum – como muitas mulheres, aliás, que conheci nas ruas. Gini ficava num entra e sai entre ruas do centro da cidade de Campinas, alguns albergues noturnos e alguns barracos nas periferias, onde intensifica seu consumo de crack e onde troca relações sexuais por proteção física e algum dinheiro. Está nas ruas desde os 15 anos, completa aí três décadas de errância. Ela

iniciou seus cuidados no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) e fica mais presente no serviço quando precisa intensificar os cuidados de uma ferida na perna. Em um relacionamento abusivo do passado, seu companheiro enfiou-lhe uma estaca na parte posterior do joelho quando ela subia em uma árvore para tentar escapar dele. Esta ferida nunca fechou completamente e infecciona de tempos em tempos.

Num dos dias de ida ao CAPS, Gini agrediu verbal e fisicamente uma das enfermeiras do serviço. Após chegar ao serviço muito intoxicada, ela queria ser atendida prontamente. Não tendo sucesso, ela agride uma funcionária do serviço, o que gerou discussão interna do seu caso e demandas por retratação. Marcada por violências de múltiplas ordens – institucional, interpessoal, física, psicológica e de gênero – a história de Gini nos ajuda a compreender as dificuldades mais amplas a serem enfrentadas nos processos de saúde e cuidado oferecidos a usuários e usuárias de crack no âmbito das políticas públicas.

Oscilando entre as figuras da paciente e de agressora, um brevíssimo diálogo entre Gini e a psicóloga traz à tona um aspecto importante, para refletir no item final do texto. Diz a psicóloga, “Gini, você não acha que tá precisando de um cuidado?”. Ela retruca: “Como se cuida de uma pessoa que nem eu?”.

Detalhes dessa história estão contados na dissertação de mestrado de João Balieiro Bardy, *Vírus, cachimbos e cuidado: uma etnografia sobre o cuidado e as drogas na pandemia de Covid*, orientada por mim e defendida em fevereiro de 2022 no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social na Unicamp¹⁹. Essa história me impactou muito porque acho que a pergunta de Gini – “como que cuida de uma pessoa que nem eu?” – está no cerne, talvez, daquilo que considero ser uma inquietação em comum, presente entre vários profissionais de serviços socioassistenciais e de saúde, e talvez, no limite, evoca o porquê de muitos de nós nos envolvermos com o tema do uso de drogas – enfrentá-lo, na prática, desafia a nossa capacidade de promover cuidado e, por vezes, também revela a nossa incapacidade de cuidar. Como escreveu Angela Garcia²⁰ (2010):

(...) fracasso, ausência e arrependimento são igualmente parte da experiência de cuidar tanto quanto solicitude, presença e amor – a nossa capacidade de cuidar também é vulnerável.²⁰

Tenho feito aproximações com formulações de Annemarie Mol, desenvolvidas em entrevista a Denise Martin²¹ (2018). Sua atenção volta-se para o estudo do diabetes, mas, a contrapelo, penso que suas formulações podem ajudar a provocar o cuidado e a atenção aos usos de drogas. Ela diz:

As pessoas não escolhem ter diabetes, mas isso acontece em suas vidas. É um problema que enfrentam, ou um conjunto de problemas. E digamos, as pessoas não “escolhem” medir com menos frequência do que a enfermeira sugere, mas isso acontece. De alguma maneira, podem falhar em organizar suas vidas cotidianas de acordo com as várias regras de vida que vêm com a doença. É possível que eles não vão dar conta de tudo. Esse é o meu ponto: cuidado não é principalmente sobre escolhas, mas é sobre a organização na prática. (...) Então, o que é interessante sobre estudar a heterotopia de cuidado é para aprender sobre outras maneiras não liberais [non-liberal] de cuidado, sobre maneiras cuidadosas de organizar nossas vidas e nossas práticas. (p.303).²¹

Aprecio vários pontos da sua proposição e vejo possibilidades de aproximação com o tema do consumo problemático de drogas: esse é um problema que acontece às pessoas e com o qual elas precisarão lidar. Não é provocado, nem desejado, mas demanda atenção e gestão dos próprios sujeitos em seus cotidianos, e as pessoas podem enfrentar isso de formas muito diferentes. A conceituação de cuidado como “organização na prática” também estimula a imaginar caminhos menos moralizantes, mais atentos a promover “maneiras

cuidadosas de organizar nossas vidas”. Além de fazer um convite a imaginar essas outras maneiras, Mol também nos orienta a estudar heterotopias, “outras maneiras não liberais de cuidado”.

Nesse aspecto, considero importante salientar que há atualmente um acúmulo da construção coletiva de vários grupos ativistas que passaram a pautar o debate antiproibicionista observando recortes de gênero, raça e classe, amadurecendo a reivindicação por uma reforma da política de drogas associada a uma reparação histórica para os grupos discriminados, como é o caso da Rede Nacional de Feministas Antiproibicionistas (RENFA), a Iniciativa Negra por uma nova política de drogas, a Marcha das Favelas pela Legalização das Drogas e o Movimentos: Drogas, Juventude e Favela.

Também nesse sentido, ressalto o acúmulo de ações experimentadas por coletivos artísticos nesta cena da cracolândia, como a Casa Rodante, o Projeto TTT- Teto, Trampo e Tratamento, o Projeto Pagode na Lata. São práticas pensadas, transvistas, como modos de cuidado que não pretendem se fixar em uma metodologia. Não são receitas de como fazer, nem modelo a ser multiplicado. São princípios éticos, políticos e estéticos que não são opostos, mas complementares a uma rede de cuidado pública, de direito; infelizmente, essa rede pública é bem menos atuante e promove menos devires.

O número 4 da revista Platô²², editada pela Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas (PBPD), é uma edição temática dedicada ao debate das intersecções entre política de drogas e desigualdades raciais. Eu o considero uma importante referência para ampliar a compreensão do atravessamento racial na política de drogas, cotejando seu estatuto no debate nacional e internacional. Afinal, não se promove cuidado sem perspectiva histórica e social.

Athos Vieira (2020)²³ discorre sobre a regulamentação da maconha no Colorado, legalização de mercado, segundo ele, entregue ao setor privado. Ele mostra tanto que a questão racial não foi central ao debate, como também que, regulamentada a maconha, o encarceramento massivo seguiu operante no Estado. Já Monique Prado (2020)²² e um artigo escrito por

Dudu Ribeiro, Gabriel Elias e Natalia Oliveira (2020)²⁴, lidos em conjunto, sistematizam as ideias de justiça de transição e o tema da reparação histórica a partir do reconhecimento dos danos produzidos pela guerra às drogas, inclusive com a criação de uma comissão da verdade para investigar desde fatos mais gerais, como a participação de países estrangeiros e as teorias racistas que estariam na origem da proibição, até casos específicos, como a participação de agentes do Estado em crimes contra a humanidade e o paradeiro de pessoas desaparecidas em meio a esse conflito.

Uma ideia forte de anistia para as pessoas condenadas por crimes relacionados ao varejo ilegal de drogas aparece. Prado coteja com o caso de Illinois, onde a regulamentação da cannabis implicou direcionar receitas tributárias para comunidades historicamente impactadas pelo proibicionismo. Por isso, insiste na construção, preservação e divulgação da memória sobre a guerra às drogas, seus mortos, desaparecidos e aprisionados sob más condições como forma de sensibilização social.

Na esteira dessas reflexões, há novas proposições, portanto, sendo disputadas em pelo menos duas escalas: na luta por uma nova política de drogas, bem como na condução ética de outras – mais interessantes – políticas do cuidado.

Se, como escrevi na primeira parte desse texto, a escalada da violência se impõe como urgência no debate político e mina o debate sobre novas construções políticas, temos um duplo desafio em curso: lutar contra a violência, mas não deixar que ela rebaixe o nosso horizonte. Afinal, a pergunta de Gini é também urgente: como se cuida de pessoas como ela? E como se cuida de muitas pessoas em situação semelhante? É a pergunta que a cracolândia nos lança.

Referências

1. Rui T. Nas tramas do crack: etnografia da abjeção. São Paulo: Terceiro Nome; 2014.
2. Rui T, Fiore M, Tofoli LF. Pesquisa de avaliação preliminar do Programa De Braços Abertos. Plataforma Brasileira de Políticas sobre Drogas. Instituto Brasileiro de Ciências Criminais [internet]. São Paulo: PBPD; 2015 [acesso em 20 dez 2023]. Disponível em: <https://pbpd.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Pesquisa-De-Braços-Abertos-1-2.pdf>
3. Balera F, et al. Operação Cachimbo: relatório das detenções em massa realizadas na Cracolândia. Defensoria Pública do Estado de São Paulo [internet]; 2023 [acesso em 10 jan 2024]. Disponível em: <https://www.defensoria.sp.def.br/documents/20122/b559c1be-dbc2-fa0b-0da5-b2392762725a>
4. Amparo T. O banguê-banguê na Cracolândia. Folha de São Paulo. 2022; (colunas).
5. Magalhães T. Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da cracolândia paulistana [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2015.
6. Mattar M. No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na cracolândia [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2016.
7. Menezes L. Entre a saúde e a repressão: políticas públicas na região da cracolândia – SP [dissertação]. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo; 2019.
8. Rolnik R. A cracolândia realmente acabou? [internet]. 2022 [acesso em 10 fev 2024]. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/a-cracolandia-realmente-acabou/>
9. Marino A, et. Al. Impactos da dispersão da cracolândia: balanço dos velhos e novos conflitos do centro de São Paulo [internet]. 2022 [acesso em 17 nov 2023]. Disponível em: <https://www.labcidade.fau.usp.br/impactos-da-dispersao-da-cracolandia-balanco-dos-velhos-e-novos-conflitos-no-centro-de-sao-paulo/>
10. Costa R. Mil fitas na cracolândia: amanhã é domingo e a craco resiste [dissertação]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2017.
11. Mbembe A. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições; 2018.
12. Fromm D. O fim da cracolândia: etnografia de uma aporia urbana [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2017.
13. Mallart F, Rui T. Por uma etnografia das transversalidades urbanas: entre o mundão e os dispositivos de controle. In: Melo J, Simião D, Baines S, organizadores. Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade. Natal: EDUFRN; 2016. p. 433-456.
14. Butler J. Repensar la vulnerabilidad y la resistencia. Palestra na Associação Internacional de Filósofas [internet]. 2014 [acesso em 23 jan 2024]. Disponível em: <https://paroledequeer.blogspot.com/2014/06/repensar-la-vulnerabilidad-por-judith.html>

15. Telles V. Resistências, Sublevações, o rumor das batalhas. *Revista Dilemas*. 2017.
16. Dias TM. Cuidado às mulheres gestantes em situação de rua no município de Campinas - SP: Clínica no Limite e o Limite da Clínica [dissertação]. Campinas: Universidade Estadual de Campinas; 2019.
17. Araújo E. A vida em cenas de uso de crack. Rio de Janeiro. *Papeis Selvagens*; 2017.
18. Amparo A. Corpo e território: perspectivas de quilombo a partir da Cracolândia. *Jornal da USP* [internet]. 2020 [acesso em 14 abr 2023]. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/corpo-e-territorio-perspectivas-de-quilombo-a-partir-da-cracolandia/>
19. Bardy J. Virus, cachimbos e cuidados: uma etnografia sobre o cuidado e as drogas na pandemia de covid-19 [dissertação]. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas; 2022.
20. Garcia A. Reading Righteous Dopefiend with my mother. *AnthropologyNow*. 2010; 2 (3).
21. Martin D, et. al. Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol. *Rev Interfaces Educ*. 2018; 22 (64).
22. Prado M. As bocas de fumo devem ser tomabadas: o que significa reparação histórica para quem trabalha no narcotráfico?. *Rev Platô*. 2020; 4.
23. Vieira A. Maconha e raça: impactos da regulação da maconha no colorado. *Rev Platô*. 2020; 4.
24. Ribeiro D, et al. Justiça de Transição como chave pacificadora e reparadora da guerra às drogas. *Rev Platô*. 2020; 4.